

MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE NO PARANÁ: COLETA E ANÁLISE DE DADOS INFORMAIS DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA

Eleni Brito da Silva¹

Kátia Alessandra dos Santos²

Resumo: Dentro do âmbito da pesquisa maior “Violência contra a mulher em Irati-PR: mapeamento da incidência e da rede de enfrentamento”, esta investigação teve como objetivo analisar a experiência de coleta de dados informais acerca de violência contra mulheres, durante o período pandêmico. Para isso, analisou-se procedimentos e discussões metodológicas realizadas pelo grupo de pesquisa, na relação com os resultados obtidos. A coleta de dados ocorreu por meio de formulários online, que também foram aplicados presencialmente em parte da amostra. Os resultados apontam a importância da sensibilização para a coleta de dados, o contato direto com as participantes e a articulação com a rede de atendimento. Destacamos, ainda, o compromisso ético de pesquisas interventivas no campo da violência contra as mulheres.

Palavras-Chave: violência doméstica; violência de gênero; metodologia de pesquisa; pandemia; Covid-19.

1. Introdução

Este estudo compõe uma pesquisa guarda-chuva intitulada “Violência contra a mulher em Irati-PR: mapeamento da incidência e da rede de enfrentamento”. A pesquisa se co-produziu por docentes e discentes dos departamentos de Psicologia, História e Geografia, e abarcou levantamentos de dados referentes à violência contra a mulher de cunho formal e informal que foram divididos em duas fases. A primeira fase consistiu no mapeamento de dados formais ligados aos equipamentos da Educação, Saúde, Segurança Pública, Assistência Social e Judiciário; a segunda fase, que será o foco deste trabalho, voltou-se para a coleta de dados informais, através de instrumento produzido pela equipe de pesquisa.

A coleta de dados informais ocorreu por meio de um instrumento formulado pelo grupo, tendo como referência principal o projeto “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil” (2019), relatório produzido pelo FBSP e o Instituto Datafolha. O relatório foi elaborado a partir de entrevistas realizadas em 130 municípios das regiões

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO- PR)

² Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo-USP, Doutora em Psicologia, Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário-PPGDC (UNICENTRO - PR)

Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, o que permitiu a leitura dos resultados como totalidade no Brasil. Um dos elementos que consideramos indispensável na construção dos formulários, levando como base o estudo de 2019, foi o reconhecimento de fatores para além da violência vivida, compreendendo que as mulheres entram em contato de diversas formas em sua comunidade.

A formulação do instrumento foi uma etapa imprescindível para a pesquisa, que fomentou discussões instigantes entre o grupo de pesquisadoras. Inserir os campos referentes a gênero, orientação sexual, raça e deficiência, se mostrou importante tanto quanto as questões envolvendo a tipificação das violências, o período em que ocorreram e os locais onde residiam as participantes. A intenção era produzir um instrumento de fácil acesso e compreensível por qualquer mulher que pudesse responder, entretanto houve dificuldades em explicitar no instrumento terminologias como "mulher cisgênero" e "mulher transsexual ou travesti". Apesar disso, o uso de tais categorias no instrumento partiu de uma escolha política da equipe, objetivando transpor barreiras de linguagem e comunicação que poderiam surgir.

Em suma, o instrumento consistiu em três formulários: “caso tenha sofrido violência”, “caso tenha visto uma situação de violência” e “situação de violência que você ficou sabendo”, acessíveis por meio de um link ³produzido com a ferramenta de criação de página para a web, Google Sites. Ao clicar no link, acessava-se uma página onde era possível visualizar os formulários, além de um vídeo com instruções para o preenchimento e informações sobre a pesquisa.

A princípio, a modalidade virtual para divulgação e preenchimento dos formulários foi priorizada pelo grupo devido ao imperativo de isolamento e distanciamento social, decorrente da pandemia de Covid-19. Dessa forma, realizamos a divulgação do link por meio da plataforma *Instagram*, onde foi criada uma conta para o “Laboratório de Pesquisa Mulheres, Discursividades e Resistência da Unicentro” (@mulheresediscursividade) e postados vídeos produzidos pela equipe, nos quais apontamos a relevância da pesquisa, e explicamos como acessar e preencher os formulários. Difundimos o estudo com ajuda dos canais de comunicação das prefeituras municipais de Irati e Inácio Martins, da Unicentro, e também das redes

³ bityli.com/violenciamulher

sociais pessoais de cada integrante do grupo. Posteriormente, quando houve a liberação do isolamento social, foi adotado o instrumento físico, movimento necessário ao percebermos as limitações da divulgação online e do público que estávamos acessando.

Reconhece-se que ao início houve acesso, prioritariamente, de professoras e estudantes, moradoras de bairros centrais, o que acarretou numa lacuna do acesso a mulheres com outros perfis. Assim, ao utilizarmos o instrumento físico e buscando um grupo heterogêneo, as pesquisadoras divulgaram e aplicaram os questionários em Unidades Básicas de Saúde, um Centro de Referência da Assistência Social, na Unidade de Saúde da Mulher na cidade de Irati e também em grupos organizados pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS de Inácio Martins. Contamos também com o auxílio da equipe do Núcleo Maria da Penha - NUMAPE e de técnicas da rede de Assistência Social de Inácio Martins, que aplicaram os questionários após receberem treinamento. Finalizando, as etapas de produção e divulgação, encerramos a coleta de dados com o total de 607 respostas dos formulários, considerando as participações dos dois municípios mencionados.

2. A problemática da subnotificação e a coleta de dados sobre violência contra mulheres

De acordo com a nota técnica “Violência doméstica durante a pandemia de covid-19”, (2020) produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), uma das consequências diretas das medidas de isolamento decorrentes do período pandêmico, que enclausurou mulheres que viviam previamente em situação de violência doméstica com seus agressores, foi a diminuição de denúncias. O número reduzido de denúncias, porém, não resulta de uma atenuação dos casos, mas aponta para uma dificuldade em realizar denúncias em função de menor acesso a terceiros e a saídas de casa, além da maior aproximação com o parceiro que comete violência.

Ainda que o FBSP (2020) tenha apresentado dados que alternam de acordo com as instituições e tipos de notificação, é possível concluir que a predominância de dados aponta para o aumento dos casos de violência acompanhado de queda dos números oficiais; com exceção dos casos de feminicídio:

A violência letal contra a mulher pode ser considerada o resultado final e extremo de uma série de violências sofridas. Nesse sentido, as evidências apontam para um cenário onde, com acesso limitado aos canais de denúncia e aos serviços de proteção, diminuem os registros de crimes relacionados à violência contra as mulheres, sucedidos pela redução nas medidas protetivas distribuídas e concedidas e pelo aumento da violência letal (FBSP, 2020, p.3).

Faz-se importante indicar o feminicídio enquanto produto final de um encadeamento de violências, pois podemos compreender esse tipo de violência letal associado a uma dinâmica de violência doméstica contínua, e não a situações ligadas à criminalidade urbana de modo geral (Bueno; Bohnenberger; Sobral, 2021). É possível estabelecer que “o feminicídio nunca se concretiza de forma única, a violência sofrida já vem sendo realizada em diversas outras formas e contextos” (Silva e Lopes, 2021, p.20), uma vez que ocorre, na maior parte dos casos, em relações onde já existe um padrão de violência, sobretudo física.

Uma vez que os casos de assassinatos de mulheres permaneceram altos durante o período pandêmico (FBSP, 2021), esses fatores corroboram com a ideia de subnotificação, termo que significa baixos registros de violências contra as mulheres, predominantemente na área da saúde ((Kind *et al*, 2013; Laguardia *et al*, 2004; Pedrosa e Spink, 2011). O mesmo fenômeno é reconhecido na área do direito como “cifra oculta” que “compreende o número de delitos que por alguma razão, não são levados ao conhecimento das autoridades públicas, contribuindo para uma estatística distorcida da realidade fenomênica” (Sumariva, 2014, p.59).

As autoras argumentam que há, ainda, uma vitimização secundária da mulher que sofre violência, uma vez que já está fragilizada de maneira psíquica, física e social, e sem demais incentivos para que denuncie, permanece em silêncio. Além disso, as implicações na vida da mulher que denuncia são bastante complexas:

A perseguição aliada à desproteção à vítima que toma coragem de denunciar é alarmante. Quando há local destinado ao abrigo dessas pessoas, são elas que precisam sair de casa, como culpadas, abandonando filhos, casa, enfim, sua vida. Muitas vezes a situação ainda é mais caótica. Se da inexistência de abrigos protecionistas, elas precisam voltar para casa, para levar novas “surras”, sob ameaças, são coagidas a retornar à Delegacia e informar que se reconciliaram com o marido, que ele não teve culpa do incidente, que querem retirar a queixa, que já estavam fazendo isso só para provocá-lo (Santin *et al*, 2003, p.168).

É necessário ainda levar em conta os processos subjetivos que culminam no silêncio das mulheres. Assim Zanella (2018) utiliza o termo “dispositivo amoroso”, o

qual se caracteriza como ferramenta de subjetivação, que nos expõe a um ideal de mulher enquanto seres doces, devotas, amáveis e amantes, dispostas a sacrificar tudo pelo amor do/ao outro, aprende-se que o amor é a razão de ser e viver da mulher e, assim, são cerceadas suas identidades, sexualidades e desejos. A autora coloca que as tecnologias de gênero que interpelam nossas performances, nos seguem desde a infância de maneiras diversas, através das mídias que consumimos, do conteúdo e dos lugares a que temos acesso e a partir de outras gerações de mulheres, que, já batizadas sob o dispositivo amoroso, deixam escapar ruídos desse processo nos laços com suas filhas e netas. Dessa forma, é possível compreender que a problemática da subnotificação, ou cifra oculta, não é um processo que ocorre de forma simples, mas em um emaranhado de fatores complexos que resulta em um ciclo de violência e silenciamento.

3. Desenvolvimento

A metodologia se deu por meio de uma investigação que compõe partes de uma pesquisa quanti-qualitativa, de caráter descritivo, com objetivo de discutir aspectos metodológicos concernentes à segunda fase da pesquisa “Violência contra a mulher em Irati-PR: mapeamento da incidência e da rede de enfrentamento”. A coleta de dados ocorreu por meio de reuniões virtuais do grupo de pesquisa, nas quais foram discutidos instrumentos e estratégias para coleta de dados informais (não registrados oficialmente) acerca de violência doméstica contra mulheres nos municípios de Irati e Inácio Martins-PR. As análises procuraram discutir a coleta de dados e a experiência de pesquisadoras/es durante o período de pandemia, no diálogo com a literatura sobre a produção de dados relacionados à violência contra mulheres.

Os dados analisados nesta investigação foram produzidos a partir da sistematização de informações oriundas de 15 encontros do Grupo de pesquisa "Mulheres, Discursividades e Resistência", ocorridos entre março de 2021 a fevereiro de 2022. Participaram do grupo 4 professores/as e 6 estudantes. A saber, as análises passam por 3 momentos: pré-coleta; durante coleta e posterior à coleta de dados.

4. A construção de um instrumento para coleta de dados informais

Conforme proposto por Flick (2009) os modos de pesquisar passam por mudanças com a revolução digital e tecnológica dos últimos 20 anos. A internet começa a fazer parte da vida cotidiana de diversas formas, e, portanto, suscita novas práticas que partem dessa interação. Torna-se mais fácil através das tecnologias registrar dados, encontrar literatura e publicar resultados. Assim, a internet passa a ser tanto ferramenta quanto objeto de pesquisa, e se torna possível transferir métodos qualitativos para pesquisas online.

Pensar na relação entre pesquisa e internet foi uma temática inerente do percurso de investigação, uma vez que atravessou os encontros do grupo, outros estudos sob o guarda-chuva da pesquisa maior, e toda a coleta de dados. Com a pandemia de Covid-19, veio o isolamento social e diversos decretos municipais que acompanhavam as altas e baixas de casos, e controlavam a circulação pela cidade. Foi possível pensar intervenções presenciais apenas a partir dos meses finais de 2021, com certa baixa de casos e flexibilização do fluxo de distanciamento social. Essa oportunidade permitiu que a aplicação do questionário ocorresse de forma híbrida, ainda que a maior parte do processo tenha sido pensada dentro das possibilidades remotas.

5. As estratégias para divulgação e alcance de perfis diversificados

Ponderar acerca das vantagens e desvantagens do on-line foi um exercício constante, que não parou após a formulação do instrumento. As primeiras preocupações giravam em torno do anonimato e do formato das perguntas que faríamos. De acordo com a pesquisa “A voz das redes: o que elas podem fazer pelo enfrentamento das violências contra as mulheres” (2018), produzida pelo Instituto Avon e a Folks Netnográfica, que coletou dados sobre assédio e violência durante 35 meses utilizando as redes sociais, apenas 3% da população que discute a temática na internet são as vítimas. Dentro desse número, 86% delas recorreram a formas de anonimato, como a utilização de perfis falsos, para denunciar violências sofridas. Ainda que o anonimato tenha vantagens e desvantagens, pois “ajuda a coleta de dados sinceros, mas dificulta o controle” (Vasconcellos - Guedes; Guedes, 2007, p.4), decidimos que seria um fator importante não exigir identificação das participantes.

Além disso, a violência permanece sendo algo velado, que não aparece em destaque nos registros oficiais das cidades de Irati e Inácio Martins. Os casos de violência contra mulheres pairam sobre as duas cidades, de forma pouco nítida, mas que ganham contornos evidentes no senso comum da população, e nas conversas informais que surgiram com os habitantes ao longo da pesquisa.

As manchetes dos veículos regionais nos ajudam a delinear a presença da violência: "Domingo é marcado por agressões contra as mulheres na Região" (Boschiero, 2019); "Homem ameaça atear fogo na casa da esposa e atropela cunhado em Inácio Martins" (Rádio Najuá, 2018); "Filho estupra e agride a própria mãe em Inácio Martins" (GMAIS Notícias, 2019); "Mulher é agredida pelo marido e não tem interesse em representar contra ele" (Boschiero, 2019); "Homem agride mulher grávida no interior de Irati" (Rádio Najuá, 2018). As notícias evidenciam também a falta de registro: "mesmo sendo violentada, a vítima se negou a representar contra" (GMAIS, 2019).

Ainda, foi necessário levar em conta as limitações do questionário online quanto a compreensão das perguntas:

Na entrevista online, as instruções precisam ser preparadas por escrito, e elas têm de ser claras e detalhadas de modo que o participante saiba o que fazer. Ao mesmo tempo, essa instrução não deve ser demasiado longa para evitar confusão e negligência por parte da pessoa entrevistada (Flick, 2009, p. 242).

Tendo em vista as condições referidas, foi necessário pensar em perguntas mais diretas, uma vez que um questionário muito extenso poderia diminuir a chance de participação e gerar imprecisão nas respostas. Com isso, optamos por perguntas que nos auxiliassem a traçar o perfil das mulheres que sofrem violências, envolvendo dados socioeconômicos, tipificação da violência, local, período, reincidência e formas de encaminhamento.

A construção do instrumento demandou também colaboração da rede de enfrentamento das cidades, sobretudo de Assistência Social dos dois municípios. O diálogo com a rede permitiu aproximação com o público das cidades e uma percepção externa sobre as questões e divulgação, para além do grupo de pesquisa. A pesquisa tinha o compromisso de intervir e não apenas perguntar, visando uma mudança, realizada no decorrer da coleta de dados.

Esse contato foi necessário para reconhecer ainda características territoriais das cidades. Embora Irati possua uma população estimada de 61.439 habitantes, maior que a de Inácio Martins, que é de 11.117 pessoas (IBGE, 2022), a segunda tem uma grande extensão territorial, com mais de 45 localidades rurais. De acordo com o IBGE (2022), em Irati, 21,3% das mulheres residem no Centro da Cidade contra 40% em Inácio Martins. Este valor também pode ser o reflexo do perfil populacional. Irati possui majoritariamente a população residindo no espaço urbano (80%) e com uma maior distribuição da população para os bairros. Inácio Martins é um município com um percentual mais equilibrado de pessoas que residem no espaço urbano (56%) e rural (44%). Como a densidade populacional é baixa, a área urbana possui poucas comunidades.

O diálogo com a rede também reforçou a ideia de uma cultura local conservadora e machista, de modo que muitos casos são mantidos na informalidade. De acordo com profissional da Assistência Social de Inácio Martins, são poucos os casos atendidos pelo CREAS, e ainda menos registrados por meio de Boletim de Ocorrência. Foi apontado que a subnotificação de violência é ainda maior em casos de violência doméstica contra mulheres idosas. Levando em conta que o número de denúncias de violência contra mulheres permaneceu alto durante a pandemia (FBSP, 2021) e o número de denúncias de violência contra pessoas idosas aumentou em 53% também nesse período (MMFDH, 2020), a subnotificação de violência doméstica contra mulheres idosas pode ser ainda maior.

Para além das necessidades de acessibilidade ao questionário, como questões reduzidas e linguagem simplificada, também foi pensado um conjunto estratégias de cuidado com o envio do questionário para mulheres que dividem o celular com agressores. Posto isso, num primeiro momento, decidimos que seria divulgado nas redes sociais o site com os três questionários. A partir desse meio, a mulher poderia ter contato com o link, saber da existência da pesquisa, mas abrir o site apenas quando se sentisse segura para responder. O período de teste realizado pelo grupo, quando enviamos e aplicamos os questionários em mulheres próximas, confirmou essas percepções.

A questão da linguagem simplificada gerou também debates dentro do grupo de pesquisa. Enquanto alguns termos foram percebidos durante o período de teste como

muito formais e rapidamente substituídos, como “vias públicas” por “ruas/estradas”; outros geraram estranhamento. Na sessão de gênero, onde haviam as opções “cisgênero”, “transexual” e “travesti”, muitas das pessoas que participaram da versão teste não sabiam o significado dos termos, mesmo com a breve descrição inserida no instrumento. Ainda que pudessem ser encarados como vocábulos próprios do meio acadêmico, e pudessem levar ao não preenchimento do questionário, decidimos que não seria uma alternativa remover as opções de gênero da pesquisa, mas adicionar a opção “não sei ou não entendi a pergunta”.

Essa decisão, realizada a partir da ótica da interseccionalidade, que “nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões” (Akotirene, 2019, p.47), levou em conta também a retirada dos termos enquanto parte do processo de exclusão de pessoas transexuais, que não se veriam representadas na pesquisa.

O distanciamento da população de Irati e Inácio Martins acerca de temáticas de gênero foi observado nos resultados do questionário “caso tenha sofrido violência”, no qual as mulheres respondiam sobre sua própria identidade. Levando em conta que havia uma descrição dos termos nos questionários online, e, em um terceiro momento da pesquisa, a coleta de dados foi presencial e as aplicadoras puderam explicar pessoalmente, o número de mulheres que selecionaram a opção “não sei ou não entendi a pergunta” foi bastante elevado, o que comprova a dificuldade de compreensão dos termos, como é possível conferir na tabela a seguir:

Tabela 1: Gênero e orientação sexual das mulheres que sofreram, violência

Gênero	Irati	Inácio Martins	Orientação sexual	Irati	Inácio Martins
Mulher cisgênero	73	80	Heterossexual	72	77
Não sei ou não entendi a pergunta	26	18	Bissexual	20	1
Mulher travesti	0	1	Não sei	4	2
Mulher transsexual	1	0	Prefiro não responder	3	20
			Outro	1	1
			Homossexual	1	0

Fonte: Dados da pesquisa

O número de respostas “não sei” foi menor no campo da orientação sexual em ambas as cidades, porém, em Inácio Martins, houve um número notável de mulheres que responderam “Prefiro não responder”.

Como é possível conferir na tabela acima, no que se refere à orientação sexual, temos os dados a seguir: em Irati, 20% das mulheres que responderam ao instrumento se declararam bissexuais, número que também se destacou. Verificando a profissão das mulheres que se autodeclararam bissexuais, 34% são Estudantes, 17% Psicólogas e 7% Jornalistas. Reiteramos que este percentual pode estar relacionado ao fato de que Irati é uma cidade universitária e a pesquisa foi divulgada por meio das redes sociais das pesquisadoras.

6. Considerações sobre o alcance da pesquisa

Antes de discutirmos propriamente o alcance da pesquisa a partir dos procedimentos metodológicos adotados, é preciso destacar que o período de coleta de dados pode ser dividido em três momentos distintos: A divulgação do questionário pelas redes sociais das pesquisadoras e do grupo de pesquisa (Facebook, Instagram, Twitter), momento em que o preenchimento era feito de forma online, pelas participantes, sem intervenção direta das pesquisadoras; A divulgação online ainda pelas redes sociais das pesquisadoras, mas usando outras ferramentas e enviando de forma individualizada, como pela plataforma WhatsApp. Ao final dessa fase, houve um momento de transição, quando aproveitamos maior flexibilização de circulação pela cidade e baixa de casos de Covid-19 para fazer um contato presencial cuidadoso, quando as pesquisadoras apenas divulgavam e faziam contato para enviar o link com os formulários para mulheres trabalhadoras e frequentadoras de comércios. O instrumento ainda era autopreenchido de forma online, sem intervenção das pesquisadoras;

Já na coleta de dados realizada pessoalmente, utilizou-se os questionários a partir de estratégias de intervenção mediadas por políticas públicas de ambos os municípios. Em Irati, as coletas ocorreram principalmente através da campanha Outubro Rosa, realizada pela Secretaria de Saúde. Em Inácio Martins, foi possível entrar em contato com as mulheres da cidade com ajuda da Secretaria de Assistência Social, por meio de projetos destinados às usuárias dos serviços Centro de Referência em Assistência Social - CRAS e CREAS. Os formulários impressos eram preenchidos à mão

no ato da coleta de dados e depois transferidos para o questionário online pelas pesquisadoras.

Cada um desses momentos teve diferentes efeitos sobre a pesquisa. Como mencionado anteriormente, a divulgação pelas redes sociais do grupo de pesquisa atingiu um público bastante específico, de mulheres estudantes ou psicólogas, majoritariamente jovens, bissexuais e moradoras da parte central da cidade de Irati. Esse foco, portanto, não abarcou mulheres idosas, de menor escolaridade e de bairros periféricos, além de gerar pouquíssimas participações de mulheres residentes em Inácio Martins.

A partir do segundo momento, a pesquisa começou a ter mais participantes. Com a ida a campo, quando era divulgada a pesquisa no comércio local, e as pesquisadoras passaram a enviar o *link* do questionário para seus contatos via Whatsapp, os preenchimentos passaram das 161 respostas iniciais para 291. Houve diferença nesse método, pois ao conversar com as mulheres de modo individualizado, elas pareciam mais convocadas a participar, ao contrário do que ocorria com postagens impessoais nas redes. Ocorreram discussões entre o grupo de pesquisa sobre a possibilidade de ligar nos comércios e aplicar os questionários por telefone. Porém, essa opção foi descartada, uma vez que poderia expor vítimas de violência em seus locais de trabalho. Ainda que tivéssemos o intuito de atingir um público maior, fora do círculo social das pesquisadoras, consideramos que seria incongruente utilizar métodos que poderiam trazer danos para as mulheres.

Após a segunda fase, o número total de respostas foi de 321, até o começo de outubro de 2021. Com isso, foi possível dar início à terceira fase do trabalho, a partir de estratégias de intervenção mediadas por políticas públicas dos municípios e utilizando questionários impressos

Com a coleta de dados realizada pessoalmente, foi possível perceber os efeitos de cada abordagem. Notamos que, ao preencherem sozinhas, as participantes costumavam deixar em branco algumas questões, como idade, gênero e renda. Outro fator que se destacou foi que a maioria das mulheres optou, nessa terceira fase, por preencher os dois questionários que relatam experiências de terceiras, “caso tenha visto uma situação de violência” e/ou “situação de violência que você ficou sabendo”, o que relacionamos ao fato de as coletas terem ocorrido em um local público e com pouca

privacidade. Ainda assim, algumas participantes procuraram as pesquisadoras após a realização do questionário para relatar situações de violência que estavam vivendo ou acompanhando. Esses casos foram encaminhados para o NUMAPE.

Também identificamos que nos momentos em que era realizada uma sensibilização quanto à importância da prevenção à violência, as estatísticas que apontam que grande parte das mulheres já sofreu algum tipo de violência (FBSP, 2019) e as tipificações da violência (Brasil, 2006), as participantes sentiam-se mais confortáveis para preencher o formulário “caso tenha sofrido violência”; ainda que, independente desse fato, em todas as aplicações presenciais os formulários “caso tenha visto uma situação de violência” e “situação de violência que você ficou sabendo” tenham superado o número de preenchimentos de violência sofrida.

A partir disso, foi possível perceber que oportunidades de nomeação das violências, e de abrir espaços onde o sofrimento é legitimado, geram condições para que as mulheres identifiquem em sua trajetória ocorrências que antes poderiam estar em outro plano, normalizadas, ainda que causando danos subjetivos. "Os sentimentos evocados, como medos, vergonha, humilhação, caracterizam a grande tensão emocional gerada na socialização desse vivido, movimento necessário para a produção dos dados". (Schraiber, Oliveira; Couto, 2009, p.212).

Em Inácio Martins, as intervenções presenciais ocorreram principalmente através de ações em conjunto com a Assistência Social, por meio de projetos destinados às usuárias dos serviços CRAS e CREAS. A partir do vínculo com a Assistência Social do município, foi possível que o questionário alcançasse um público mais diverso e, para isso, contamos com o auxílio das trabalhadoras técnicas da assistência, que realizaram uma formação sobre o instrumento, para compreender melhor sobre sua aplicação. Durante visitas domiciliares realizadas pelas técnicas, que acompanham pessoas incluídas em programas de transferência de renda, os questionários foram aplicados em um total de 80 famílias, das quais houve cerca de 60 preenchimentos. Ocorreu também aplicação da pesquisa em duas turmas de um curso de manicure oferecido pela Secretaria de Assistência em parceria com SENAC, após fala de sensibilização pelas pesquisadoras.

A abordagem adotada em Inácio Martins também gerou efeitos nos dados. Com base no resultado final da pesquisa, verificamos que, em Inácio Martins, a maioria das

mulheres que participaram (63%) teve acesso a uma rede de enfrentamento, enquanto 37% delas afirmaram não ter procurado nenhum tipo de ajuda. Grande parte das mulheres que afirmou ter registrado boletim de ocorrência, também marcou a opção “Procurou o CREAS/CRAS”. É provável que esse dado se deva à maneira pela qual nos aproximamos da população, em conjunto com a Assistência Social. Dessa forma, as mulheres entrevistadas já estão inseridas em famílias que têm um contato mais próximo com a rede, o que pode ter facilitado o acesso. O número se destaca ainda mais quando comparado com Irati, onde se verificou que em 61 dos casos não foi feito nada.

O dado apresentado indica a importância da rede de enfrentamento à violência contra mulheres, pois, uma vez inserida em qualquer um de seus pontos, ainda que por outros motivos, estabelece-se um vínculo com as/os trabalhadoras/es de determinado serviço e suas/seus usuárias/os, o que pode garantir sua segurança e apoio.

Dentre os formulários preenchidos durante as visitas das técnicas da Assistência Social, houve maior preenchimento do questionário abordando casos de violência que as mulheres ouviram falar. Quase nenhuma dessas mulheres relatou uma situação de violência contra si mesma. Consideramos esse dado importante pois sendo Inácio Martins um município de porte pequeno, e as mulheres pertencentes à uma mesma rede de proteção, faz-se plausível que as participantes estivessem relatando casos que aconteceram umas às outras, pessoas que conhecem e têm contato. Assim, é provável que algumas das mulheres que relataram apenas violência a terceiras, sofreram também agressões, mas escolheram não relatar.

De acordo com Borges e Sochodolak (2017, p.18), é característico do município que os acontecimentos sejam bastante comentados entre a população, até com certo fascínio, contrariando uma ideia que poderia existir de cidade pacata onde não ocorrem transgressões intensamente cruéis como a violência contra mulheres: “tentando captar as formas pelas quais as pessoas se relacionam culturalmente com a morte, bem como com a violência, de certa forma, desnaturaliza-se uma narrativa histórica de um “Paraná ordeiro” (Borges; Sochodolak, 2017, p.18). Há também um grande número de notícias que podem ser encontradas on-line relatando situações de violência (Boschiero, 2019; Rádio Najuá, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022; GMAIS NOTÍCIAS, 2019).

Ao nos voltarmos para a cultura local, percebemos o município enquanto um local conservador e machista: “o povo de Inácio Martins, continua com os mesmos

hábitos e costumes, seu cotidiano e sua religiosidade de vários anos, com poucas mudanças, mas muitas permanências” (Taborda; Oliveira, 2012, p.17). Desse modo, podemos verificar que muitos casos são mantidos na informalidade, ainda que parem sobre a cidade e no discurso dos cidadãos.

Ao final da terceira fase, todos os formulários impressos e preenchidos à mão no ato da coleta de dados foram transferidos para o questionário online pelas pesquisadoras, facilitando o agrupamento de dados. Assim, no dia 16 de dezembro de 2021, os formulários fecharam para respostas, com um total de 607 preenchimentos para os 3 questionários.

Levando em conta as características das cidades, e a forma como a coleta pode ter efeitos sobre os resultados, foi possível construir um perfil geral das mulheres vítimas de violência. O perfil genérico extraído dos dados coletados por meio de ambos os questionários indica, em Irati, mulheres brancas, estudantes, heterossexuais e cisgêneras, grande parte com ensino médio completo ou superior, na faixa etária entre 20 e 24 anos, com renda entre 1 a 4 salários mínimos.

Já em Inácio Martins, o perfil genérico indica mulheres predominantemente brancas, com ensino fundamental completo, sem renda ou renda até um salário mínimo, idade entre 25 a 29 anos, heterossexuais e cisgêneras e maioria indicou como profissão "do lar". Percebe-se nesses dados maior vulnerabilidade socioeconômica no município de Inácio Martins, o que se coaduna com os dados, ainda que defasados, do IBGE, no que se refere ao IDH de cada município, sendo que Irati ocupa a 85ª posição (de 399), enquanto Inácio Martins ocupa a 394ª posição.

Considerando as respostas obtidas nessa fase da pesquisa, foi possível identificar que acima de 70% dos casos de violência, tanto vividos quanto presenciados ou sabidos, ocorrem em casa, com mulheres em idade reprodutiva e é perpetuada pelos companheiros. A maior parte das violências relatadas por quem sofreu é de violência psicológica, seguida de física e depois sexual. Por sua vez, nos casos relatados por quem viu ou ouviu falar, a maior parte dos casos se refere a violências físicas. Quanto aos encaminhamentos, percebe-se que, na maioria dos casos, nada foi feito, grande parte procura ajuda de familiares ou amigos, mas quando se registra boletim de ocorrência, também são procuradas outras redes formais como CREAS e CRAS.

7. Considerações finais

Este trabalho objetivou, para além de relatar os dados encontrados na etapa de levantamento de dados informais, discutir os instrumentos metodológicos utilizados, com destaque para a dimensão ética do processo. A partir das reflexões trazidas no texto, foi possível pensar acerca das possibilidades do instrumento e a experiência de pesquisa durante o período pandêmico.

Destacam-se as considerações sobre os alcances e limitações do instrumento, uma vez que delineamos sua produção até os resultados que dele advieram. A partir dos questionários, foi possível produzir dados em diálogo com os serviços da rede, realizando atividades que envolveram a informação e sensibilização sobre as formas de tipificar e nomear as situações de violência no cotidiano das mulheres, bem como sobre a rede de serviços disponível na cidade. Pudemos também perceber as necessidades de cada público, sobretudo com as diferenças entre os dois municípios.

Ainda que a pesquisa tenha possibilitado adentrar territórios antes não explorados e visualizar percepções e experiências da violência de diferentes óticas, foi possível reconhecer as restrições do método, pois, mesmo com a hibridez do formato de aplicação, alguns públicos não foram atingidos. A maioria dos dados acessados em Irati, vieram de mulheres próximas do círculo social das pesquisadoras.

Por fim, gostaríamos de evidenciar a necessidade de outras pesquisas, que priorizem o caráter interventivo. Durante todo o processo de pesquisa foram produzidos e disseminados conhecimentos na comunidade, assegurando o compromisso e retorno social da pesquisa, o que apenas evidenciou a demanda de ambas as cidades para mais ações relacionadas à temática. Em muitos dos momentos de coleta de dados, tivemos interações com as participantes que apontavam para essa necessidade: de manifestações diretas, como mulheres que nos chamavam para contar violências sofridas; até pronunciamentos mudos, como participantes que franziam a testa, afetadas pelos exemplos dados ao explicarmos sobre as tipificações de violência, e então trocavam olhares de cumplicidade com amigas próximas, como se reconhecessem em sua história situações similares. Os movimentos sutis, mas perceptíveis, de incômodo e surpresa ao questionarmos sobre gênero e sexualidade também não passaram despercebidos.

As percepções mencionadas nos indicam para uma característica importante do campo das violências: ao adentrá-lo, faz-se indispensável não esperar apenas por respostas, mas também por perguntas. A violência, enquanto fenômeno que debilita de maneira psíquica, física e social, infiltra e atravessa as estruturas sociais, por vezes, a ponto de ser normalizada. Portanto, é preciso também levar informações durante a coleta de dados, o que não se trata de enviesamento, como poderia se considerar em outras pesquisas, mas de dar condições para as participantes identificarem situações de violência e com isso termos dados mais verossímeis.

8. Referências

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019.

BORGES, Augusto; SOCHODOLAK, Hélio. Inácio Martins em foco: história da violência, morte voluntária e inquéritos policiais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. Anais [...]. Brasília: ANPUH, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502995673_ARQUIVO_augusto.pdf. Acesso em: 18 jul. 2021.

BOSCHIERO, Gilson. Domingo é marcado por agressões contra as mulheres na Região. Rede Sul de Notícias, Guarapuava, nov. 2019. Disponível em: <https://redesuldenoticias.com.br/noticias/domingo-e-marcado-por-agressoes-contra-as-mulheres-na-regiao>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BOSCHIERO, Gilson. Homem ameaça ex-mulher com revólver para reatar casamento, PM registra mais dois casos de violência contra a mulher em Inácio Martins. Rede Sul de Notícias, Guarapuava, out. 2019. Disponível em: <https://redesuldenoticias.com.br/noticias/homem-ameaca-ex-mulher-com-revolver-para-reatar-casamento>. Acesso em: 3 ago. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; DATAFOLHA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 15. ed. Brasília: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; DATAFOLHA. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 2. ed. Brasília: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; DATAFOLHA. Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19. 3. ed. Brasília: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

FILHO estupra e agride a própria mãe em Inácio Martins. Gmaís Notícias, 6 maio 2019. Disponível em: https://gmaísnoticias.com/filho-estupra-e-agride-a-propria-mae-em-inacio-martins?fbclid=IwAR2PwFp6RSyl96Sb-Fp7LsQzIXt_Azavf13H3PHJBGDkUrP5bqnBEYAwtAk. Acesso em: 13 ago. 2021.

FLICK, Uwe. Pesquisa qualitativa online: a utilização da internet. In: FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 238-253. Tradução de Joice Elias Costa.

GOULART, Vincent Pereira; NARDI, Henrique Caetano. Vidas inimigas, necropolítica e interseccionalidade: da exclusão na educação ao suicídio/assassinato de pessoas trans. *Entreideias*, Salvador, v. 11, n. 1, p. 15-38, abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/45614/26685>. Acesso em: 30 maio 2022.

HOMEM ameaça atear fogo na casa da esposa e atropela cunhado. *Najua*, 18 abr. 2018. Disponível em: <https://www.najua.com.br/2019/08/homem-ameaca-atear-fogo-na-casa-da.html>. Acesso em: 13 ago. 2021.

KIND, Luciana et al. Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, p. 1805-1815, set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/sfWwVSXcjQzzbDH3vyWv3KC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2022.

LAGUARDIA, Josué et al. Sistema de informação de agravos de notificação em saúde (Sinan): desafios no desenvolvimento de um sistema de informação em saúde. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 13, n. 3, p. 135-146, set. 2004. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742004000300002. Acesso em: 30 maio 2022.

LUGONES, Maria. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.

NAJUÁ. Mulher sofre ameaça de morte do próprio marido. *Najua*, 2022. Disponível em: <https://www.najua.com.br/2022/01/mulher-sofre-ameaca-de-morte-do-proprio.html>. Acesso em: 30 maio 2022.

PEDROSA, Claudia Mara; SPINK, Mary Jane Paris. A violência contra a mulher no cotidiano dos serviços de saúde: desafios para a formação médica. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 124-135, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/HH7V7gvC4kY9b4gmFBnPrmr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2022.

REIS, Diego dos Santos. A colonialidade do saber: perspectivas decoloniais para repensar a universidade. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 43, p. e240967, 2022.

SCHRAIBER, Lilia Blima; OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas D'; COUTO, Márcia Thereza. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 205-216, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/jt5yff5hHH5cXCHr6Bwzw9p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2022.

SILVA, Juliana Batista da; LOPES, Mariana Luiza Santos. A violência doméstica como fator gerador para o feminicídio. *Repositório Universitário da Ânima*, Contagem, 21 jun. 2021. Disponível em:

<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/13386/1/Artigo%20Final%20%2B%20Anexos.pdf>. Acesso em: 30 maio 2022.

SILVA, Victor Nathan Fontes; SOUZA, Antônio Vital Menezes de. Pessoas trans: processos de exclusão e inclusão social. *Semioses: Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 130-146, mar. 2019. Disponível em: <https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/semioses/article/view/240/107>. Acesso em: 30 maio 2022.

TABORDA, Diomedes de Oliveira; OLIVEIRA, Oseias de. Práticas culturais, cotidiano e religiosidade no município de Inácio Martins-PR. O Professor PDE e os desafios da escola pública paranaense, Irati, v. 1, 2012. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_unicentro_hist_artigo_diomedes_de_oliveira_taborda.pdf. Acesso em: 30 maio 2022.